de ambos os sexos com idade igual ou superior a 60 anos em uma unidade de saúde do estado do Espírito Santo. A imunidade celular e humoral foram avaliadas pela caracterização imunofenotípica e funcional das células e quantificação dos níveis de IgG contra proteínas Spike recombinantes do SARS-CoV-2. Foram coletadas amostras de sangue no dia da aplicação da segunda dose de reforço dose e nas visitas de seguimento com 28, 90, 150 e 180 dias. Realizou-se o monitoramento dos eventos supostamente atribuíveis à vacinação por até 28 dias. Os dados foram coletados através do diário de eventos entregue aos participantes e foram inseridos no RedCap.

Resultados: Foram incluídos 257 idosos, sendo 57% (n = 147) do sexo feminino e 47% (n = 122) na faixa etária de 60 a 69 anos. Em relação ao imunizante recebido, 30% (n = 79) dos participantes receberam a vacina Pfizer, 34% (n = 89) Janssen e 36% (n = 92) Astrazeneca. Foram identificados que 8% (n = 22) dos participantes tiveram a infecção por Covid-19, sendo 10% (n = 14) do sexo feminino, 11% (n = 13) eram de 60 a 69 anos e 13% (n = 12) receberam a vacina da Astrazeneca. 95% (n = 21) dos participantes apresentaram sintomas leves não necessitando de internação hospitalar e 1 óbito. Foram identificados que 44% (n = 113) apresentaram algum evento supostamente atribuível à vacinação, sendo mais comum no grupo que recebeu a vacina Pfizer com 49% (n = 39) e destes, 65% relataram dor no local da aplicação. Não houve nenhum evento adverso grave.

Conclusão: A taxa de infecção por Covid-19 foi 8% em 6 meses de seguimento e as vacinas administradas possuem boa segurança e com eventos adversos leves. A efetividade e imunogenicidade estão sendo analisados. O estudo da efetividade e duração da imunidade celular e humoral é importante para estabelecer o intervalo e a estratégia adequada de doses de reforço nessa população

Palavras-chave: Imunização Vacinas contra COVID-19 Idoso Efetividade

https://doi.org/10.1016/j.bjid.2023.103087

AVALIAÇÃO DE IMUNIZAÇÃO PRÉVIA PARA HEPATITE B ENTRE USUÁRIOS DO PREP EM UM SERVIÇO DE NATAL

João Daniel Rodrigues de Góes*,
Adriano Dantas de Medeiros, Hareton Teixeira Vechi, Mônica Baumgardt Bay

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, RN, Brasil

Introdução/Objetivo: A Hepatite B é uma infecção sexualmente transmitida que leva à fibrose no fígado. A avaliação da imunização prévia para Hepatite B entre usuários da profilaxia pré-exposição (PrEP) é fundamental para a prevenção e para o controle dessa doença viral. A PrEP é uma estratégia de prevenção que envolve o uso diário de medicamentos antirretrovirais por pessoas que estão em um maior risco de exposição ao vírus da imunodeficiência humana. Assim, é importante garantir que os usuários do PrEP estejam devidamente imunizados contra a Hepatite B, uma vez que a coinfecção com esses dois vírus pode levar a complicações graves para a saúde do indivíduo.

Métodos: Foram analisados 38 prontuários de pacientes em acompanhamento no serviço de referência para PrEP do Instituto de Medicina Tropical, em Natal-RN. Os itens escolhidos para a análise foram: idade, sexo, teste para hepatite B (HBsAg), histórico de vacinação para Hepatite B e o resultado da sorologia anti-HBs quantitativa.

Resultados: A média das idades dos pacientes foi de 33,5 anos, dentre os quais haviam 4 mulheres cisgênero e 1 mulher transgênero, sendo o restante composto por homens cisgênero. Não houve resultado reagente para HBsAg na amostra. Na ficha de primeira consulta, 22 (57,89%) pacientes afirmaram ter 3 doses da vacina para hepatite B, destes haviam 19 (86,37%) com sorologia anti-HBs quantitativa igual ou acima de 10 UI/mL, enquanto para 2 (9,1%%) o resultado foi de não detectável ou abaixo de 10 UI/mL. Desse grupo, 1 paciente (4,54%) não realizou o exame sorológico quantitativo. Entre os 16 (42,11%) que não tinham o esquema completo ou que não souberam informar a situação vacinal, 6 (37,50%) tinham anti-HBs igual ou acima de 10 UI/mL, 3 (18,75%) o resultado do exame foi não detectável ou abaixo de 10 UI/mL e 7 (43,75%) não realizaram o exame. Para a amostra total, 25 (65,79%) tinham imunidade para hepatite B.

Conclusão: A maioria dos pacientes analisados apresentaram imunidade adequada, indicando que a estratégia de imunização está sendo efetiva. Entretanto, ainda é necessário aumentar a conscientização sobre a vacinação completa nos usuários de PrEP, visto a taxa de usuários que não tinham esquema completo ou que não sabiam informar, a fim de evitar as complicações de uma coinfecção. Dessa forma, esses dados destacam a importância de campanhas de vacinação e monitoramento sorológico.

Palavras-chave: PrEP Vacina Hepatite B HIV

https://doi.org/10.1016/j.bjid.2023.103088

CARACTERIZAÇÃO DO STATUS VACINAL DE PACIENTES ATENDIDAS NO PRÉ-NATAL DE ALTO RISCO NO RECÔNCAVO BAIANO

Sibele de Oliveira Tozetto Klein[a,*],
Ivana Karolina Sousa Santos[a],
João Pedro Ferreira Pinho de Almeida[a],
Rebeca da Luz Vitória[a], Juliana Gonçalves Dias[a],
Fernanda dos Santos Cardoso[a],
Caio Luiz Coelho Ferreira dos Santos[a],
Marla Niag dos Santos Rocha[a,b]

[a] *Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Cruz das Almas, BA, Brasil;*
[b] *Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, Brasil*

Introdução: A imunização é considerada uma importante conquista na área da saúde pública, uma vez que desempenha um papel fundamental na prevenção de doenças imunopreveníveis. Durante a gravidez, o Ministério da Saúde enfatiza a importância das vacinas contra influenza, hepatite B, tríplice bacteriana adulta (dT) e tríplice bacteriana acelular do tipo adulto (dTpa) como parte integrante dos cuidados pré-

natais, sendo adicionadas a estas, em 2021, as vacinas COVID-19. Essas vacinas são recomendadas e têm uma presença significativa nas diretrizes de assistência pré-natal, visando garantir a saúde e o bem-estar materno-fetal.

Objetivos: Caracterizar o status de imunização de gestantes acompanhadas pelo serviço de pré-natal de alto risco (PNAR) em uma cidade do interior da Bahia.

Métodos: Estudo retrospectivo de corte transversal realizado através da análise de 249 prontuários de pacientes atendidas no PNAR de uma Policlínica Regional de Saúde, entre 2018 e 2020. CAAE:44498221.0.0000.5577. Tabulação realizada no programa Microsoft Excel e análise estatística posterior, pelo Statistical Package for Social Sciences.

Resultados: Sobre a profilaxia do tétano, 40,8% (71/174) das pacientes atualizaram tanto a vacina dT quanto a dTpa, enquanto 53,4% (93/174) realizaram apenas a atualização com a vacina dTpa, pois já haviam completado o esquema dessa vacina nos últimos cinco anos. Por outro lado, 5,7% (10/174) das pacientes não realizaram a atualização vacinal para o tétano. Quanto à profilaxia da Hepatite B, 28,9% (72/183) das pacientes atualizaram seu cartão de vacinação durante o pré-natal, 31% (58/183) não necessitaram de atualização, pois já possuíam comprovação de esquema completo de vacinação ou apresentavam anticorpos para a Hepatite B (Anti-HBs positivo) e 28,9% (53/183) não realizaram a atualização do esquema de vacinação contra a Hepatite B durante o pré-natal. Constatou-se que 79% (143/181) das pacientes atualizaram sua caderneta de imunização com a vacina contra a Influenza durante o pré-natal, 5% (9/181) já haviam realizado a atualização vacinal antes do pré-natal e 16% (29/181) das pacientes não a fizeram durante a gestação.

Conclusão: Esses resultados evidenciam os diferentes índices de adesão às medidas de profilaxia vacinal entre as pacientes acompanhadas durante o pré-natal, fornecendo insights sobre a cobertura vacinal a necessidade de identificar fatores que possam interferir no sucesso do cumprimento do calendário de imunização das gestantes.

Palavras-chave: Assistência Pré-Natal Obstetrícia Calendário vacinal

https://doi.org/10.1016/j.bjid.2023.103089

COBERTURA VACINAL DE POLIOMIELITE NO BRASIL DE 2023-2022

Karolayne Silva Souza*,
Maria Betânia Melo de Oliveira,
Milena Roberta Freire da Silva

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil

Introdução: A poliomielite é uma doença viral aguda infecciosa e contagiosa ocasionada pelos enterovírus da família Picornaviridae, de modo que, pode ser transmitida por indivíduo a indivíduo e até mesmo através da via oral-fecal. Logo, a poliomielite pode gerar o comprometimento do sistema nervoso central do indivíduo, além de membros inferiores e superiores. É uma doença o qual decorre desde a antiguidade e considerada uma problemática de saúde pública, dos quais, a vacinação se tornou um dos principais pilares para a redução da morbimortalidade por poliomielite.

Objetivo: Abordar através de uma análise descritiva de dados sobre a cobertura vacinal de poliomielite no Brasil de 2013-2022.

Métodos: Foi realizado um estudo retrospectivo e quantitativo, com análise descritiva de dados sobre a cobertura vacinal de poliomielite, coletados no TABNET do Departamento de Informação e Informática do SUS (DATASUS), no período de 2013-2022. Dessa forma, além dos respectivos dados de cobertura vacinal, foram considerados dados de doses cálculos CV e regiões de imunização.

Resultados: Dentre os anos de 2013-2022 obteve-se uma média de 75,74% de cobertura vacinal de poliomielite no Brasil, obtendo-se uma totalidade de 21.926.119 doses cálculos CV. No que diz respeito as regiões do Brasil, a Região Sul e Sudeste conteve maior quantitativo de cobertura vacinal no mesmo período supracitado, com 79,78% e 79,49%, tendo a região Sudeste obtido 78,18%, Nordeste 73,43% e o Norte com a menor cobertura vacinal com respectivamente 65%. No período observado de 2013-2022 o ano de 2021 conteve menor cobertura vacinal de 60,50% e 2013 com 92,92%.

Conclusão: Conclui-se que a cobertura vacinal de poliomielite no Brasil está abaixo do esperado, tendo em vista, que se preconiza uma cobertura maior que 95%. Logo, é sugerido que uma das principais causas da variação percentual negativa de cobertura vacinal da poliomielite no Brasil seja ocasionado principalmente pela hesitação vacinal, sobretudo, nos últimos anos e pós COVID-19, o que resultou em maior vulnerabilidade a doenças infecciosas como a poliomielite na população.

Palavras-chave: Imunização Doença Infecciosa Poliomielite

https://doi.org/10.1016/j.bjid.2023.103090

CARACTERIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS EPÍTOPOS DAS PROTEÍNAS DA VACINA DTP PARA DESENVOLVIMENTO DE INSUMOS BIOTECNOLÓGICOS

Flávio Rocha da Silva[a,*], Paloma Napoleão Pego[a], Sergian V. Cardozo[b], Larissa R. Gomes[a], Guilherme C. Lechuga[a], João P.R.S. Carvalho[a], Salvatore G. De-Simone[a]

[a] *Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, RJ, Brasil;*
[b] *Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO), Duque de Caxias, RJ, Brasil*

Introdução: Dentre as doenças imunopreveníveis bacterianas estão a difteria, o tétano e a coqueluche, essas doenças mesmo com vacinas disponíveis pelo Programa Nacional de Imunização (PNI) tem sido motivo de preocupação, destacase os movimentos antivacinas e queda na cobertura vacinal. No Brasil, 1,6 milhão de crianças não receberam nenhuma dose da vacina DTP, que previne contra difteria, tétano e coqueluche, entre 2019 e 2021. Levando assim a preocupação do aumento de casos dessas doenças, como destaque para a coqueluche, bem com a possibilidade da ressurgência da